



Criações e Métodos na pesquisa em Educação

*Verônica Domingues Almeida
Maria Roseli Gomes Brito de Sá
Paola Zordan*
(Organizadoras)



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

© Dos Autores - 2020

Editoração e capa:

Fabiano Neu

Arte da capa:

Paola Zordan

Conselho Editorial (Nota Azul)

Deisimer Gorczewski (UFC)

Denise Espírito Santo da Silva (UERJ)

Galvanda Queiroz Galvão (UFPA)

João Anzanello Carrascoza (USP)

Manoel Ricardo de Lima Neto UFRJ

Sabina Anzuategui (Faculdade Cásper Líbero)

Sílvio Ferraz Mello Filho (USP)

Simone Zanon Moschen (UFRGS)

Tiago Almeida (Escola Superior de Educação de Lisboa do IPL, ESELx)

Editores:

Luciano Bedin da Costa

Anna Letícia Ventre

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C928

Criações e métodos na pesquisa em educação / Verônica Domingues Almeida, Maria Roseli Gomes Brito de Sá, Paola Zordan (organizadoras). – Porto Alegre : UFRGS / Nota Azul, 2020.

427 p. , 1 livro digital; il.

ISBN: 9786586232929

1. Pesquisa em educação. 2. Metodologia da pesquisa. I. Almeida, Verônica Domingues. II. Sá, Maria Roseli Gomes Brito de. III. Zordan, Paola.

CDU 37.012

Bibliotecária: Evelin Cotta CRB-10/1563

A PESQUISA COMO FABULAR DE ARQUIVOS

Gabriel Torelly
Paola Zordan

Arquivo, acontecimento antropófago

Parte-se do princípio de que sem arquivos é impossível pesquisar. Todas as referências, toda coleta de dados, toda observação, trabalho de campo, questionário, entrevista, experiência *in vitro*, ação em grupo, experimentação individual, produz arquivo, matéria para estudos e pesquisas. Porém, o arquivo não é apenas o acúmulo de fontes, dados, registros, documentos, pois se estende a um corpo, o corpo daquilo que, num *studium* (Barthes, 1984), nos debruçamos. A palavra pesquisa, compreendida, nos vernáculos, como descoberta, investigação, busca diligente e como procedimento de análise, advém de perquirir, sendo próxima de perscrutar. A palavra, no português, vem do castelhano *pesquis*, e do latim, *piscare* em junção como o verbo *quaero*. No espanhol arcaico, pesquisar se aproxima de pescar. O arquivo, então, pode ser entendido como tudo o que, em fluxo, mar, rio, lago (Corazza, 2017), pescamos – pegamos para estudar.

Todo estudo é traduzido por alguma linguagem, a qual procura expressar, por designações, manifestações e significações, um sentido (Deleuze, 2015, p.22-35). Com a problemática de uma pesquisa situada na perspectiva da filosofia da diferença, o “sentido”, inexpresso que sempre precisa ser expresso

na linguagem, constitui-se de uma natureza paradoxal. O paradoxo retira o sentido de sua oscilação entre termos passíveis de serem situados. Deste modo, Deleuze mostra, em *A lógica do sentido*, que este é concretamente uma entidade inexistente, que ainda assim é acionada a cada vez que algo é designado, manifestado ou significado. Ciente de que se apoia num incorporeal – uma “instância paradoxal” – sem a qual seria incapaz de sustentar uma proposição qualquer, uma atividade de pesquisa se vê implicada com os arquivos não apenas no nível da coleta, organização e apresentação documental, mas da própria composição dos dados. Assim, o empírico é necessariamente um “empírico da experimentação” (Gil, 2008, p.15); e o arquivo é sempre atravessado pela transversalidade de uma linha plástica que cria o sentido por entre cortes e conexões de matérias heterogêneas.

Com Foucault (1995) o arquivo se aproximará do estudo acurado de um dispositivo, no qual práticas discursivas produzem acontecimentos. Mais do que fatos históricos, os acontecimentos criam monumentos, algumas vezes imaginados, cuja documentação se arquiva. Com Deleuze, (2015) o acontecimento é aquilo que mostra o quanto as proposições expressas, mesmo as advindas de um acurado cuidado arquivista, escapam de um pretense sentido original. A origem de uma proposição não é um *a priori* seguro, mas sempre já um tramado de linhas de visibilidade e dizibilidade, com saberes estratificados, poderes pressupostos, sujeitos derivados (Deleuze, 2005). Ambos os autores trazem o conceito de fora (ou exterior), advindo de Maurice Blanchot (2010), para pensar a produção e variação do sentido. O fato de estes terem se ocu-

pado com o fora (pensamento do exterior), algo de inabarcável junto das embarcações que tomamos para pesquisar, faz com que produções e textos que assumem a perspectiva destes autores sejam interpretados por vias totalmente diversas do que as estudadas e desenvolvidas na perspectiva que estes se encontram. Interpretar, usar as palavras que exprimem os conceitos por eles desenvolvidos sem o estudo de sua genealogia, é ignorar os problemas do que se chama “pensamento nômade” ou “filosofia da diferença”, compreendendo-os como simples experimentações libertas das amarras, o que está longe de corresponder à densidade do trabalho teórico-conceitual e dos limiares epistemológicos abertos desde Nietzsche. Este tipo de compreensão ignora os acontecimentos que, para expressarem as matérias do arquivo de pesquisa, criam figuras, personagens, paisagens, ou seja, fabulam, com finalidade expressiva, as matérias do arquivo, extraindo dele imagens capazes de sustentar e desenvolver os problemas filosóficos, científicos ou artísticos que interessam a uma pesquisa.

Gilles Deleuze discute, a partir de Nietzsche, a falácia das metodologias (Deleuze, 1976), ainda que, no mesmo período, o qual antecede a elaboração de sua tese, tenha defendido um “teatro especial” (Deleuze, 2006, p.129) na expressão das ideias. Assim, a proposta do presente artigo é, a partir da filosofia deleuziana, apresentar a fabulação como uma prática de criação de arquivos. Após Nietzsche, cujos escritos impelem a um pensamento com a Terra, nunca apartado das forças do corpo (Nietzsche, 2008), Deleuze tem como precursor Henri Bergson, o qual cunha o conceito de fabulação a fim de resolver a problemática entre obrigações morais e instintos vitais

nas relações entre indivíduos e sociedade (Bergson, 2005). O problema da fabulação evidencia os paradoxos e os limites da linguagem na produção de pesquisas em Educação e nos campos das Ciências Humanas e Linguísticas, Letras e Artes. Não pode ser confundida com a imaginação, tampouco com liberdade artística ou mesmo com a *poiésis*. Enquanto faculdade que possibilita imagens agirem na expressão do arquivo, a imaginação, conceito vizinho ao de fabulação, na medida que é o que age a partir de imagens, acompanha formulações em todas as áreas do conhecimento. Imaginar é a ação do pensamento quando este associa experiências sensoriais a efeitos imateriais, possibilitando uma forma, uma espécie de corpo, nem sempre concreto, para o que nos acomete. Assim, pode-se dizer que imaginar é dar caras, corpos e nomes às matérias estudadas e aos materiais pesquisados.

Seja no plano de imanência filosófico, seja nos planos da arte e da ciência, o que Bergson chama de “função fabuladora” (2005) é vital ao pensamento. Esta é uma faculdade humana inata, necessária ao pensamento e essencial para equilibrar as relações entre o intelecto individual e os saberes disseminados socialmente. Fabular, a partir do que Bergson postula, não é estar livre para delirar e escrever o *nonsense* que, ao mergulharmos no inabarcável de um arquivo, toda pesquisa encontra, mas sim, via faculdades imaginativas, criar figuras pelas quais a inteligência pode ganhar um corpo passível de ser compartilhado coletivamente. Ao invés de uma suposta conceituação temos imagens que tornam o pensamento inteligível, independentemente do plano em que este opere. Não há, conforme é possível aprender com a geofilosofia de Deleuze e Guattari

(2010), uma separação peremptória entre filosofia, arte e ciência, ainda que cada uma tenha um plano de consistência distinto. Opor artes e ciência, por exemplo, dando permissividade a primeira e rigor para a segunda, é criar uma dicotomia oligofrênica, tendo em vista que tanto as atualizações das ciências num plano de referência como as virtuosas da arte em seu plano de composição, fabulam as matérias de expressão que nestes planos devêm.

Nossa primeira e mais simples demonstração do fabular parte da própria etimologia da palavra pesquisa e sua relação com um barco, sendo o barco aquilo que permite travessias e a captura de alimentos. No texto *Pensamento Nômade* (2006), Deleuze, ao trazer as rupturas apresentadas por Nietzsche, fabula essa perspectiva, a qual podemos tomar como um mar revolto, trazendo um acontecimento do século XIX, a antropofagia dos sobreviventes de um naufrágio, o qual se torna célebre pelas pinturas de Theodore Géricault, a série *Jangada de Medusa*.

Embarcou-se: uma espécie de jangada da Medusa, há bombas que caem à volta, a jangada deriva em direção a riachos subterrâneos gelados, ou então em direção a rios tórridos, o Orenoco, o Amazonas, pessoas remam juntas, que não supõem que se amam, que se batem, que se comem. Remar juntos é partilhar, partilhar alguma coisa, fora de qualquer lei, de qualquer contrato, de toda instituição. Uma deriva, um movimento de deriva, ou de 'desterritorialização' (Deleuze 2006, p.322).

A imagem mostra o quanto trazer *afectos* literários para tratar de problemas de pesquisa não apazigua as exigências dos métodos tradicionais. Na perspectiva em questão, a pesquisa não abre precedentes para poéticas textuais e mes-

mo plásticas e visuais que não expressem a problemática dos arquivos junto aos quais o pesquisador adentra. Os “rios tórridos” ou os “riachos subterrâneos gelados” que expressam o acontecimento da deriva, incorporam, encarnam literalmente as forças de um pesquisar paradoxal, metódico contra o método, cujo movimento somente afirma-se ao se afastar aos devires centrípetos da lei, do contrato e da instituição. A fabulação canibal que aproxima antropofagia e literatura, tão cara aos intelectuais brasileiros, permite que Deleuze chame o pensamento aos trópicos, à regiões nada livrescas, diferentes do que as da sua Paris com universidades centenárias. Trata-se de um pensar que nos carrega até às margens do Amazonas e do Orinoco. O que não tem nada a ver com uma abertura ao sensível, tampouco uma licença poética para borrar fronteiras entre o que é deglutível academicamente e o que foge aos padrões dos periódicos científicos. O canibalismo fabula o acontecimento de conhecer o outro enquanto poder vital, não como prevalecimento hierárquico, mas como assimilação do outro para poder ser esse outro. Em termos antropofágicos, não há instauração de uma dicotomia no conceito “outro”, mas sim a exposição de um paradoxo. Como todo paradoxo, posto num problema que é o problema mesmo da linguagem.

Literatura presente

A linguagem é problematizada por uma diversidade de vieses, sendo a semiologia de Roland Barthes que mostra, academicamente, o escape dos imperativos pela literatura. As questões formais, e de algum modo dicotômicas, antecedem as *devorações* que criam o corpo micropolítico de Deleuze e

Guattari, permitindo que se conceba, entre essas perspectivas, a passagem de uma crítica estrutural a um regime de signos diferente, ético-estético, o qual marca a mutação de elementos semiológicos sistematizados para uma semiose política, cujo estilo se faz fragmentário. Com Maurice Blanchot, que nunca legitimou seu texto em cátedras, Deleuze e Guattari defendem algo próximo ao grau zero barthesiano, ao buscarem, especialmente com Franz Kafka, uma língua menor. Com Antonin Artaud e outros autores “condenados”, há que se exterminar o “juízo” numa atitude combativa perante ao que uma determinada linguagem exige (Deleuze, 2011). Trata-se de uma fala distante das emissões das palavras de ordem, aproximando a perspectiva esquizoanalítica e geofilosófica ao pensamento de Barthes pela conclamação do texto literário via a analítica do caráter fabulatório e/ou mitológico de toda e qualquer operação discursiva.

Seguindo as definições da *Aula* inaugural de Barthes no *Collège de France* (Barthes, 2013), literatura e poder seriam termos antagônicos, simetricamente inversos. Onde houvesse o poder (ou melhor, os poderes), a literatura seria o índice derisório (despoder), uma espécie de válvula de arrefecimento plural do monopólio e da rigidez assertiva do poder exercido através da linguagem. De um lado estariam os poderes, com suas ordenações impositivas, e a linguagem, concentrados no modelo de um logocentrismo naturalizado; de outro, a literatura (o texto, a escritura, entendidos por Barthes como sinônimos), que traz o prazer, a brecha e o desvio, associados ao gesto de neutralização do desejo de captura. O desejo é sempre algo que, paradoxalmente, nos leva à morte implicada no regi-

me alegórico do significado, ao mesmo tempo que a linguagem, especialmente a escrita, é o que combate a morte, posto que permanece. Decorrido já quase meio século do programa esboçado em torno do texto-aula, o “otimismo sem progressismo” (Barthes, 2005, p.347-348) e a crítica radical da linguagem defendidos por Barthes como antídotos contra o fascismo e os paradoxos da língua, hoje são perspectivados pela crítica em função da emergência de um novo presente.

O presente, vivido na criação de uma imagem tomada como o “contexto atual”, com seus mitos e deuses operando num “hoje” vivido, também é fabulado. Todo contexto, seus sintomas, espaços, tempos, sujeitos e modos de proceder, é textualmente imaginado. A imaginação o produziu e a linguagem o estratificou naquilo que tomamos como real.

Em resposta à pergunta *Literatura, para quê?* o escritor e professor Antoine Compagnon, apresentando seu programa de ensino ao mesmo *Collège* onde Barthes proferira sua célebre aula inaugural, argumenta que a literatura não é mais a rainha das técnicas de aprendizagem de si. Para o autor, a enxurrada diária de imagens e a asfixia do imaginário social pelo regime da informação documental (o periodismo hipertrofiado pela pluralização digital do Mesmo) redimensionam o sentido do fazer literatura na atualidade. Ainda assim: “A literatura não está só, mas ela é mais cuidadosa que a imagem e mais eficaz que o documento” (Compagnon, 2018, p.72-73). Em relação a um presente congestionado por informações e imagens, a literatura conserva o sabor clandestino de uma temporalidade alternativa, solitária, atenta, cuidadosa. Assim, o poder da literatura é salvaguardado, pois redimensionado, agora em ter-

mos menos audaciosos que no século passado, como a melhor “introdução à inteligência da imagem” (Compagnon, 2018, p.72). Seguindo ainda o percurso sugerido por Compagnon, pode-se rearranjar a historicidade das relações entre o poder e a literatura a partir de caminhos que tanto remetem à Poética aristotélica, na qual a literatura é reabilitada do expurgo platônico e apresentada como um instrumento de utilidade pública e privada para o aprendizado da representação e a depuração catártica das emoções, como ao Iluminismo-Romantismo, que fizeram da literatura ora um antídoto de libertação e justiça, com ênfase na experiência de autonomia, ora uma esperança de redenção contra o mal estar da civilização industrial, a fragmentação da dimensão subjetiva e a mediocridade da cultura jornalística. A presença da literatura traz uma possibilidade atemporal, pois rompe com o periodismo, com o diário pretensamente documental, com o arquivo enquanto dado derrisório. Com o pensamento de Nietzsche e Deleuze, abre-se uma perspectiva fabulatória para se pensar o devir de conceitos. Em devires intempestivos, o conceito configura um ente pelo qual a linguagem estruturada escapa, dando a ver um pensar ainda sem imagem.

Contudo, para conseguirmos alcançar os movimentos do pensamento, necessitamos de imagens, essas, que, por repetição, criam deuses e heróis. Pegaremos três dos clássicos como exemplo. Incorporados secularmente a uma miríade de textos, são usados sem requerer apresentações, Dédalo, Orfeu e Odisseu. Não há uma lógica na escolha, apenas o amálgama de narrativas, histórias, cultos, pinturas, gravuras e outros aparatos culturais que fazem destas figuras emblemas para deter-

minadas conceptualizações. Odisseu ou Ulisses dá corpo para uma inteligência astuta, estrategista, que requer de máquinas e palavras para atingir seus objetivos. Voluntariamente ensurdecido ou amarrado para resistir ao canto das sereias, a figura deste herói ensina a sobrepor a finalidade (o poder) ao encanto, contra a sedução de uma escuta que faria o barco se perder. Tapar olhos e ouvidos, como contado na Odisséia, era o que havia a se fazer. Por outra via, Orfeu, herói que desce até os infernos para reaver sua amada Eurídice, vence monstros tocando sua lira. A música, nos cultos órficos, é o próprio fim, sendo o instrumento (corpo ou lira/cordas) apenas um meio para o que se passa enquanto vibração impossível de ser textualizada na palavra escrita, impressa e marcada numa superfície. Dois mitos, duas forças distintas, a intelectual e a sensorial, as quais, entretanto, não se opõem. Nas construções de Dédalo tais forças se completam: racionalizar, enquanto divisão do espaço, exige a intelecção do espaço sensório. Os movimentos do labirinto obrigam a uma oscilação entre as faculdades, a sensação dada pelo espaço desenhado de quem o percorre se vale de um dispositivo racional sentido sensorialmente no corpo. E o mais interessante é que o labirinto é inteligentemente arquitetado para fazer quem nele adentrar se perder. Derrotar o Minotauro é mais simples do que se encontrar dentro do engenho que encerra o monstro. As figuras clássicas chegam no texto para facilitar o pensamento, de modo que a literatura e suas figuras estéticas (Deleuze; Guattari, 2010) potencializam a linguagem acadêmica, torneando o movimento antropófago no exercício dos paradoxos. Trata-se de criar métodos contra metodológicos, isto é, que não se acomodam diante das constantes da lei

e do contrato, mas desenvolvem metodicamente a insensatez da valência contrária, dinamizando uma política das variações que faz do sentido inexistente, da embarcação à deriva, do labirinto engenhoso, matérias/motores para uma lucidez descontrolada.

A fim de sair da exemplificação de caráter erudito e trazer questões que apresentam as contingências do que tomamos como real, trazemos um último exemplo: a onça. Saímos do estrito campo da Educação e de seus constructos psico-filosóficos, como a inteligência e a sensibilidade, para um campo educacional expandido, no qual problemas éticos e estéticos (Guattari, 2012, p.17-18) são demonstrados num estudo de caso fantasiado, o qual nos dá substâncias para pensar a pesquisa e suas implicações na vida das pessoas e na Terra.

A metodologia e a onça-pintada

Na fazenda *San Francisco*, situada na região do Pantanal do Mato Grosso do Sul, há uma sala que foi recentemente transformada em auditório. Nesta sala, dois biólogos apresentam a um grupo de turistas (a maioria estrangeiros) os resultados de suas pesquisas. Os resultados, por sua vez, se apoiam em indícios, formados em grande parte por ossadas de animais mortos e fezes envelopadas em sacos analíticos, recolhidos, catalogados e depositados numa sala ao lado. Os biólogos estabelecem com seus objetos uma relação de tipo indicial, caracterizada ou confundida correntemente pela palavra “método”. Eles falam sobre a ecologia e o comportamento das onças. Os turistas, que ontem pagavam caro pela oportunidade de atirar com uma arma de fogo em uma onça pintada, hoje observam

e aplaudem o movimento dos cientistas. A alguns metros de distância da casa que abriga o auditório, há uma outra casa, onde vivem os peões solteiros e os cães de caça. Os peões se subdividem segundo diversas especialidades (há o tropeiro, o praieiro, o campeiro, o capataz) e os cães são diferentemente qualificados conforme as raças (do *Bloodhund* importado dos Estados Unidos até o vira-latas que migrou da fazenda vizinha). A taxonomia da fazenda é implacável, reparte a todos os seres numa ordem de disjunções lógicas segundo a qual o peão será solteiro ou casado, o cão será de caça ou doméstico, o gado será manso ou bagual. Este mesmo funcionamento também é utilizado para distinguir as onças, seja no vocabulário científico ou no repertório da peonada. Sobre a onça, os pesquisadores costumam dizer que ou é parda ou é pintada. Já para os peões, a pintada pode ser “mão-fofa”, e se distingue entre a “malha fina” e a “malha larga”. Mas há casos mais complexos, como a “saçurana”, a “lombo preto” e a “pata rajada”. Excetuando algumas excentricidades, a dualidade selvagem/doméstico atravessa todos os tipos encontrados na fazenda. Mais adiante no terreno, fica a casa do fazendeiro, dono de tudo, senhor feudal à brasileira, reinado absoluto, o único que parece escapar ao binarismo das repartições. Da porteira pra dentro, ele é quem dita as regras, o pode e não pode do lugar. A ele se deve a permissão para que os biólogos se instalem ali e realizem suas pesquisas e palestras. Penduradas nas paredes da sua sala maior, há diversas fotografias antigas, retratos de velhas caçadas, cujo elemento central é o grande felino abatido, cercado por caçadores triunfantes. Do lado de fora da casa, uma terra bastante extensa, com um vasto matagal circundante,

abriga um conflito silencioso entre a perigosa esperteza da onça e a múltipla utilidade do gado capado.

Esta breve descrição da paisagem social do sertão brasileiro é resultado de uma pesquisa na Rede Abaeté de Antropologia Simétrica¹, onde encontra-se indexado o texto *Onças, cães e projetos de pesquisa*, assinado pelo antropólogo Felipe Sussekind, professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio. O texto, de 2006, apresenta um repertório detalhado dos diferentes microuniversos envolvidos em duas pesquisas de biologia que têm por objeto de estudo a onça-pintada. Ambas as pesquisas, vinculadas a ONG's nacionais e internacionais, atravessam o tema da relação conflituosa entre a onça e a criação de gado no interior do Brasil. Pelas mesmas razões, mais ao sul, um mamífero maior, o leão baio, também chamado puma, que corre pelas pradarias subtropicais da América do Sul, está quase extinto. A contagem exata para se obter o número de quantos pumas vivos existem, em função do tamanho da área que estes felinos percorrem, é complicadíssima. O autor do texto, que acompanhou de perto a rotina dos pesquisadores em ação nas fazendas do Pantanal, destaca, entre muitos outros aspectos, a particularidade das metodologias utilizadas pelos biólogos: as Armadilhas Fotográficas e a Rádio-Telemetria. Pelas Armadilhas Fotográficas, é possível identificar as on-

1. Abaeté é uma plataforma digital onde reúnem-se textos empíricos e teóricos com o objetivo de contribuir para a constituição de uma rede de Antropologia Simétrica. Trata-se de uma iniciativa que visa reforçar conexões transversais que promovam “novas articulações e reviravoltas nos eixos epistemológicos e metodológicos envolvidos na investigação sociocultural”. Disponível em: <https://sites.google.com/a/abaetenet.net/nansi/aba-etextos/on%C3%A7as-c%C3%A3es-e-projetos-de-pesquisa-no-pantanal-felipe-sussekind>

ças pelo padrão das pintas e a partir daí proceder à sua contagem. Já a Rádio-Telemetria, de natureza mais complexa, pode ser descrita em duas etapas: a primeira é a própria captura dos animais; a segunda, a colocação de uma coleira equipada com um rádio transmissor (o que permite monitorar e mapear os seus movimentos diários) (Sussekind, 2006).

A operação de Rádio-Telemetria, aparentemente simples, apresenta um entrecruzamento complicado de vários fatores. Para a primeira etapa da pesquisa, os biólogos dependem, por exemplo: 1) da anuência dos fazendeiros (o que só costuma ocorrer, segundo relato de um deles, em função do interesse nos dividendos do ecoturismo); 2) da contratação de caçadores profissionais e/ou uso de cães de caça altamente treinados; 3) da cooperação dos peões que trabalham no lugar, que muitas vezes alertam sobre rastros e pegadas deixadas no mato pelos animais. Há, portanto, um complexo desenho de fatores que envolve a atividade científica em aspectos tão variados quanto o treinamento e a importação de cães, o interesse de proprietários de terras, a contratação de caçadores profissionais e a conjuntura do ecoturismo internacional. E isso são apenas alguns elementos que permitem descrever os encadeamentos em torno da etapa da captura. Quando o animal é efetivamente capturado, o que é bastante raro e só costuma acontecer depois de repetidos fracassos, começam as operações envolvidas na segunda etapa. Os procedimentos da Rádio-Telemetria, depois da captura, consistem em medir, pesar, fotografar a arcada dentária, coletar sangue e sêmen, para, por fim, colocar a coleira transmissora.

O enredo do texto de Sussekind obedece a um argumento que poderíamos escalonar da seguinte maneira: a) a caça de

aventura e a dizimação irrestrita das onças, legitimadas pela expansão sem controle da atividade pecuária no centro-oeste do Brasil, é sucedida por um novo movimento; b) nesse novo movimento, a relação entre onça e seres humanos articula-se numa nova rede fatorial, caracterizada pela cooperação entre pesquisa científica em ciências naturais, política de preservação da fauna silvestre e do meio ambiente e promoção do ecoturismo; c) há uma relação de continuidade entre os caçadores antigos e os pesquisadores modernos, apontada por um olhar antropológico reverso, que destaca a insuficiência do repertório técnico das ciências naturais para lidar com uma problemática que pressupõe um conjunto de relações complexas entre a onça e a criação de gado.

O cientificismo e o humanismo, como postulados implícitos do repertório e das práticas de pesquisa em ciências naturais, não permitem dar visibilidade à complexidade do drama recoberto pelas metodologias. A aproximação do caso da onça pantaneira com a de felinos de biomas vizinhos não resolve o problema territorial do animal selvagem em contraste com a cultura domesticada. A imagem do cientista como portador de técnicas inofensivas, bem-intencionado e vocacionado para salvar a vida do animal, é insuficiente para dar conta de um problema atravessado por uma série de relações assimétricas que articulam agentes humanos e não-humanos, componentes técnicos e sociais, ecoturismo e mercado internacional, e que transcende a ordem suposta pelos binarismos tradicionais. A realidade do problema aponta para a presença de relações entrecruzadas e hibridismos entre instâncias que jamais atuam de maneira isolada, o que demonstra que o problema envol-

vendo o objeto de pesquisa “onça” não é facilmente redutível ao paradigma extermínio/conservação. Entre o biólogo e o objeto não há apenas a metodologia científica, mas uma série bastante variada de atores e variantes, que pressupõe medicamentos e treinamento para cães de caça importados, passa pela valorização do ecoturismo na economia internacional, para chegar até a anuência de proprietários de terras que garantam a colaboração de peões e caçadores. Por este ângulo, mostra-se que a pesquisa científica não se resume a aplicar uma metodologia e recolher resultados imaginados, mas está presa numa espécie de emaranhado, um drama particular, heteróclito e compósito, através do qual se conectam agentes humanos, animais, tecnológicos, financeiros, etc.

Blocos/Jangada

Frente a complexidade de arranjos que uma pesquisa exige, somente conseguimos nos acercar da totalidade de um arquivo quando o separamos em blocos. No mundo contemporâneo a pesquisa em Educação se constitui como o ponto de observação autorizado a diversos tipos de blocos: de infância, de sala de aula, de currículos, de problemas de aprendizagem, de inclusão social, de formação profissional, de ensino, de práticas magisteriais, de movimentos coletivos, utopias educacionais... ainda há blocos fora do alcance do que podemos ver. Muitas questões são colocadas quando entra em questão um bloco de imaginação flutuante, mais uma jangada do que um volume denso e sólido, que não opera com os mesmos elementos do que os dos blocos já fixados no horizonte do que se observa. É neste bloco que saltamos para obter perspecti-

vas nunca estáticas e poderemos percorrer o entorno dos blocos cristalizados, que não mais se movem. Aos pesquisadores que observam a passagem do bloco, cabe escolher seus instrumentos de corte, seus modos de salto até ele, suas máscaras privadas de experimentação. O problema do bloco é que ele não é uma plataforma estável, um módulo seguro para organização de políticas da reminiscência controladas. A novidade é que ele não é a camuflagem transitória e metafísica que deixamos para trás, as imagens que constrói não correspondem a uma fortaleza enevoadada responsável por guardar os vestígios da nossa segurança individual. O bloco é a adjacência permanente de uma matéria em estado ondulatório, cujo trânsito contínuo deixa apenas o rastro suave dos cortes, das linhas e pontos realizados na sua fina superfície de inscrição. Diante de um bloco em regime de variação, o olhar institucional fica louco, delira, entra em regime paranoico de desconfiança, deixando a nu o déspota que vigia cada significação.

O fato de o bloco estar a passar é o que torna os movimentos de pesquisa mais difíceis. Depois de um salto mal efetuado, as picaretas apenas raspam e tiram uma lasca da superfície, enquanto um pesquisador em queda livre despenca no despenhadeiro do amor; outros, mais apressados, não chegam nem a raspá-lo e se perdem na obscura bruma da floresta circundante; há ainda os que simplesmente não o veem passar, concentrados que estão no tecido referente da sua própria significância institucional. Orfeu, Odisseu, Dédalo. As relações entre um pesquisador e os blocos que escolhe guardam múltiplos desfechos possíveis, como futuros divergentes nos quais pode se ver presa e esvaziada a história de alguém que arriscou

saltar. O bloco não tem nada a ver com o imaginário, este tomado como cabedal coletivo, acúmulo de coisas que os povos reproduzem, pois há imaginários em todos os blocos. O frágil bloco de imaginação, essa jangada num mar revolto entre penhascos, é a realidade crua imaginada, imediata. Suportar o seu percurso requer um estado intensivo de incorporação, uma ação de posse do real, que com Bergson sabemos ser uma imagem em ação, pelo corpo. O real é apropriação de imagens advindas de lembranças, resultado do encontro da memória com a percepção sensorial (Bergson, 2010b). Assim, um bloco de imaginação que ainda não constitui um imaginário, vem sem concessões ao discurso, sem facilidades de comunicação. Tudo em torno dele é e não é, e essa é a fórmula paradoxal imanente ao seu ínfimo esplendor fulgurante.

O mais seguro seria certamente não olhar sua passagem; permanecer uma espécie de Odisseu da pesquisa; amarrar-se à segurança duvidosa de uma pilastra apodrecida para reeditar os fantasmas empedernidos de uma mesma figuração. Pode-se pesquisar assim, de olhos vendados, amarrado às pilastras de um navio à beira do naufrágio, perfeitamente ciente do que é ou pode ser a Educação. Por um lado, mantemo-nos rentes às formas cristalizadas da Realidade dominante (tautologia da qual depende a eficácia de qualquer ato de comunicação), seguros de onde estamos pisando. Por outro, perdemos o enganche do tempo contemporâneo, passando sempre ao largo da realidade que se abre alhures ao seu próprio porvir mascarado. Abandonar o jogo de Odisseu é já descer às profundezas da Morte, escutar a sua música, se submeter à particularidade de uma outra justiça. É o olhar de Orfeu que melhor caracteriza

essa outra situação, a de olhar para um bloco flutuante e correr o risco de amá-lo, ao invés de permanecer ciosamente atado às astúcias da significação.

Amarrar-se; não escutar nada; permanecer vivo; retornar à casa. Ou então: afundar-se; encantar; enganar a morte; e no fim perder a forma na qual se encarnou a própria substância da paixão. Numa pesquisa *de fato*, Odisseu e Orfeu giram numa mesma esfericidade, mantendo entre si relações complicadas de mutua contaminação. Isso quer dizer que se a escolha for por correr o risco de abandonar as laminações essenciais e as velhas chapas nas quais se gruda a matéria aparente, deve-se manter consigo uma dose de prudência. É preciso encontrar um ponto preciso de onde saltar, para então agarrar-se ao bloco com força suficiente e não mais soltar; arriscar ficar ali, abraçado aos acasos do seu destino flutuante; e dali fabricar novas tábuas coloridas para flutuar até uma nova terra, de onde se realizará novos saltos, e assim sucessivamente.

Fabulação

Entre blocos densos, verdadeiros deuses, tamanha sua imponência, imaginamos nomes e nuanças para as forças que, num movimento de pesquisa, queremos abarcar. Saber os números, delimitar os nomes, racionalizar os recursos, as cabeças, os corpos dados para o outro se alimentar. As absorções dos blocos, sua exploração, sua retirada de matéria, criam o que, numa ampla paisagem, chamamos de pesquisa. De algum modo, arriscamos dizer, que não há pesquisa sem se adentrar na imaginação e sem adensamento fabulatório, sendo a fabulação uma faculdade que concilia

descobertas individuais com o que já se ergueu como bloco sólido de um saber já imaginado.

A arqueologia do que vem a ser uma fabulação remete obrigatoriamente a dois estratos simultaneamente sobrepostos e diferenciados. O primeiro diz respeito ao modo como Bergson situa o conceito: a fabulação é aqui uma faculdade distinta e complementar à inteligência. Ela nutre a existência humana de um substrato instintivo, gregário, pré-individual, cuja funcionalidade media e corrige os efeitos nocivos que uma inteligência ou uma racionalidade excessivamente egoística teriam para a vida dos indivíduos e para o conjunto da sociedade. Forma de dizer que o elo social entre os indivíduos, e mesmo a conservação e expansão da sua respectiva energia vital, dependem de imagens e figuras, de um conjunto de mitos e representações criados para dar sentido à existência, e que tais atributos são dinamizados por uma faculdade particular – a função fabuladora. A função fabuladora, na acepção bergsoniana, é a responsável pela criação de deuses e religiões, Estados e nações, teatros e literaturas, todos engenhos ficcionais sem os quais a humanidade, carente de orientação moral e ontológica, seria incapaz de viver (Bergson, 2005).

O segundo estrato tem a ver com a leitura particular do conceito de Bergson realizada por Deleuze, que associa a função fabuladora especialmente à qualidade impessoal, assubjetiva e neutra da literatura, vinculando-a, no entanto, não mais à consolidação do elo social através de um conjunto de obrigações morais partilhadas, mas ao poder de contra efetuação realizado por um discurso de minoria, entendido como a instância convocatória de um povo por vir (Deleuze, 2011). Deleuze se

apropria das coordenadas intensivas do conceito para torná-los, todavia, a própria forma de irrupção do intempestivo no tempo. O conceito adquire, então, um caráter radicalmente político, assinalando no tempo presente de toda enunciação uma zona de virtualidade inatural voltada, paradoxalmente, contra as formas estratificadas do próprio presente.

Fabular não é então um sinônimo de palavra ou de relação de palavra sensível. Nos termos de um mundo onde tudo ocorre por séries de cortes e conexões, violências e insensibilidades, arame farpado e castração animal, desmatamentos, abertura de buracos, empilhamento de concreto, explorações materiais radicais da própria espessura da terra, por efeitos de acoplamentos e desmontagens de máquinas, a fabulação é um tipo, uma particularidade de máquina: máquina que lamina um discurso de minoria. Minoria que se compõe justamente das partículas soltas e das singularidades reais que escaparam ao achatamento e ao embrutecimento do discurso geral, nacional, colonizador, formador de unidade, e que ainda sobrevivem, nos interstícios e nas fronteiras da vida institucional, enfrentando os riscos da dissolução e do extermínio. No nível político, o exercício fabulatório se toca com um discurso de minoria. Como num verdadeiro acontecimento, Deleuze encontra o corpo do conceito bergsoniano e produz uma efetiva contra efetuação incorporal, dando consistência ao inconcebível, dando uma linha para aquilo que se pensa sem imagens.

Assim, a função fabuladora não se assemelha a uma espécie de faculdade poética desacoplada da arena dos conflitos políticos, linguísticos, étnicos e institucionais. Pelo contrário, ela explicita precisamente a necessidade dramático-política de

sobrevivência de corpos, povos e línguas silenciados pelo discurso de maioria. Por serem invisíveis e inaudíveis aos meios majoritários dos poderes, as expressões minoritárias têm a necessidade mais crua e real de um poder de ficção, de uma lógica das misturas, operando num interstício delicado onde o justo meio regulatório e o plano médio sintático do discurso que estruturam a *Doxa* (Deleuze, 2015) são vazados pelas linhas do exercício tradutório. A fabulação então, antes de se assemelhar a uma espécie de manifestação estética da sensibilidade, apresenta-se como o modo de um exercício ético, ainda que paradoxalmente estético, radicalmente político, realizado pela tradução limítrofe de vozes inaudíveis.

Um exemplo dessa relação de palavra articulada pela fabulação vem do livro *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* (2015), resultado da parceria entre o xamã yanomami Davi Kopenawa e o antropólogo francês Bruce Albert. Nesse livro, apresenta-se continuamente a zona limítrofe entre exercício de tradução, captação de vozes inaudíveis, tensão e reinvenção dos limites do político. Numa entrevista à *American Anthropological Association*, explicando seu uso da palavra “espírito”, Kopenawa explicita a materialidade do problema: “espírito não é uma palavra de minha língua. É uma palavra que aprendi e que utilizo na língua misturada que inventei (para falar dessas coisas aos Brancos)” (Kopenawa; Albert, 2015, p.620). O xamã fala de uma língua misturada, inventada por ele mesmo em função da mais grave necessidade de falar aos brancos. Não inventa por capricho ou por puro exercício de imaginação. Inventa porque não há outra alternativa. As particularidades cosmológicas da língua yanomami,

hoje subdividida em quatro línguas e vários dialetos, não têm tradução, e ainda assim precisam ser traduzidas, sob pena da extinção não apenas de um povo, mas de toda trama das relações ontológicas que sustenta os lugares dos seres e das coisas na terra, a existência das estrelas, a vida dos rios, a função das montanhas, a reciprocidade entre o céu e a floresta. Esse, conforme assinala o prefaciador do livro Eduardo Viveiros de Castro, é o “recado da mata” (2015, p.40), que não é virgem, mas povoada por línguas menores que dizem o que a maioria desenvolvimentista da língua nacional e o internacionalismo da mercadoria já não são capazes de dizer. Pode-se afirmar, assim, respeitando os limites da nossa própria tradução, que Kopenawa fabula, no sentido mais forte da palavra, porque não há outra coisa a fazer, pois o outro da fabulação seria o extermínio de um povo, o desabamento do céu, a consolidação planetária de uma linha de morte.

A fabulação não seria assim uma faculdade que se opõe aos limites da *Doxa*, lugar-comum, mas um meio que interfere no seu corpo fantasmático repleto de opiniões não pensadas. A *Doxa* corresponde à projeção continuamente refigurada e reproduzida de um ponto arquimediano sem vida, carente de “espírito”, sem linhas de escape ou vias de respiração. No limite, ela pode ser entendida como a pressuposição da universalidade de um meio pálido, onde se redistribuem os movimentos cotidianos de um corpo que perdeu a cabeça e a cor, cuja energia vital foi drenada e levada para longe, tornando-se assim um fantasma, uma língua-fetichismo capaz de significar as puras operações de um saber proprietário. No limite, o funcionamento da *Doxa* tende a uma entropia total, com seu corpo de fantasma se apoderando

da totalidade do corpo da terra. Fabular um arquivo seria assim produzir uma interferência no corpo da *Doxa*, fazendo passar, pelo seu corpo de fantasma, como um formigamento intensivo, o sopro de vida repercutido por um discurso de minoria.

Situado nessa encruzilhada particular, o conceito de fabulação ancora e repercute certa tendência da linguagem: tendência de insubordinação aos limites significantes da representação intelectual e de alastramento dinâmico do sentido. Na passagem liminar entre o conhecimento discursivo e a miração do desconhecido, a fabulação evidencia a consistência de uma função plástica do espírito, que não trata de uma distância a ser transposta entre sujeitos e objetos por meio da imitação ou da contemplação, mas de uma “intuição” que cria a forma do próprio pensamento (Bergson, 2010). Agente de encruzilhada, o fabular é maneira de um pesquisar incapaz de anular a ambiguidade que persiste em toda ordem imposta à inexistência do sentido. Ao revirar arquivos, não suprime ambiguidades, nem se contenta com a perigosa dualidade entre instinto e razão, mas insiste no X que constitui a imanência entre o risco e o dito como a força de toda questão. É um outro cálculo dos problemas, um outro giro do sentido, mostrando a construção de verdades implicadas em todo discurso e o avesso da verdade como a trama onde cintilam os mistérios, ilusões, equivocidades das quais se nutrem, não obstante os instrumentos despóticos de controle racional, as forças de expansão da vida.

Perpetuamente faminto, o homem ficará a escavar e revolver antigas e remotas supostas raízes enquanto não reconhecer que o conhecimento nada mais é que um dos artificios da vida, e que essa é feita também pelos desvios do engano, pelos disfarces do incerto e que, por isso mesmo,

é impossível escapar de estar envolto por simulacros, equívocos e ilusões. Quando o homem souber amar e afirmar aquilo que permanece oculto e misterioso, sob qualquer pretensão desvelamento da verdade, sentirá, outra vez, o eterno prazer da existência e dirá *sim* à poderosa vitalidade não orgânica que atravessa todos os corpos e enriquece tudo aquilo de que se apossa. Vitalidade que afirma o combate entre forças telúricas capazes de fazer advirem diversos modos de existência nos quais arte, ciência e filosofia poderão crescer indissolúvelmente unidas e dizer *sim* à existência em sua inteireza (Heuser, 2010, p.60).

A fabulação é estratégica para que a pesquisa possa mostrar a multiplicidade de sentidos para fontes e dados e o que se cria como arquivo junto a tudo isso, o que se “pesca” nos oceanos do pensamento. Tudo o que tendemos a tomar como verdadeiro precisa ser averiguado pelo maior número de pontos de vista possíveis. Se um Ulisses navegasse pelo rio Orenoco, se adentrasse o grande salão de espelhos da floresta amazônica, teria ele coragem de fechar os olhos? Laçado por um cipó grosso, lançado ao fundo do rio pelo abraço de uma mulher-sereia, teria retornado à casa? No fundo do rio, a imagem narcísica do homem, deglutida pela molecularidade dos devires ancestrais animais, perde o exclusivismo de gênero para ganhar vetores de multiplicidade. E assim uma onça já não é um objeto de pesquisa, mas a própria forma espectral de um devir encarnado, combatido, caçado, controlado pelas constantes imaginárias de um Brasil colonial, nacional, patriarcal, Brasil de conluio entre arma de fogo, proselitismo metafísico, soja transgênica e gado capado, cujo pasto se faz sobre a extinção de uma Floresta. Com Viveiros de Castro pensa-se aquilo que abre quando a forma do homem Narciso, o princípio de identidade e a trama das disjunções exclusivas, são vergados por um cipoal de tensores e pela rotação

dos pontos de vista numa câmara de multiplicidades. Trata-se, em última análise, de aplicar um estilo de movimento ao que se faz. Coincidir com vários pontos ao mesmo tempo (fórmula da multiplicidade), ir nos dois sentidos ao mesmo tempo (fórmula do paradoxo), pressupor a identidade de um ponto, são todas diferentes políticas lançadas sobre as variáveis. O arquivo, tanto o imaginário composto no bloco sólido quanto o imaginário ondulatório do fluxo-rio-mar, constitui a matéria que cria os próprios procedimentos da pesquisa, criando o que, como efeito teatral, se constitui como método (Deleuze, 2006b). Fabular não é inventar, mas sim produzir, imaginativamente, atmosferas que permitam que descobertas e estudos individuais possam ser abarcados por quem quiser destas se aportar.

Referências

BARTHES, Roland. *A Câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. *A preparação do romance II: a obra como vontade: notas de curso no Collège de France 1979-1980*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. São Paulo: Cultrix, 2013.

BERGSON, Henri. *As duas fontes da moral e da religião*. Coimbra: Editora Almedina, 2005.

BERGSON, Henri. *Evolução criadora*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

- BLANCHOT, Maurice. A grande recusa. In: *A conversa infinita*. São Paulo: Escuta, 2010, p.73-95.
- COMPAGNON, Antoine. *La Littérature, pour quoi faire?* Paris: Pluriel, 2018.
- CORAZZA, Sandra (org.). *Docência-pesquisa da Diferença: poética de arquivo-mar*. Porto Alegre: Doisa/UFRGS, 2017.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, Gilles. O pensamento nômade. In: *A ilha deserta e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 319-331.
- DELEUZE, Gilles. O método de dramatização. In: *A ilha deserta e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2006b, p.129-154
- DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- DELEUZE, Gilles. *Logique du sens*. Paris: Les éditions de minuit, 2015.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GIL, José. *O imperceptível Devir da Imanência – Sobre a filosofia de Deleuze*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2008.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HEUSER, Ester Maria Dreher. Fábula da existência seguida de Notas sobre a Fabulação. In: *Fantasia da escritura: filosofia, educação, literatura*. Sandra Mara Corazza (org.). Porto Alegre: Sulina, 2010, p.51-66.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT; Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SUSSEKIND, Felipe. *Onças, cães e projetos de pesquisa no Pantanal*. 2006. Disponível em: <https://sites.google.com/a/abaetenet.net/nansi/abaetextos/on%C3%A7as-c%C3%A3es-e-projetos-de-pesquisa-no-pantanal-felipe-sussekind> Acesso em: 13/07/2019.